CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

ATA DA 27ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DOS DIREITOS HUMANOS – REALIZADA NOS DIAS 24 e 25 DE MAIO DE 2017

Nos dias 24 e 25 de maio de 2017, na sala de Reuniões do Gabinete, localizada no 10º andar, do Ed. Parque Cidade Corporate Quadra 09, Lote C, Torre A, em Brasília-DF, foi realizada a 27ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos Humanos – CNDH. Estiveram presentes na reunião as conselheiras e os conselheiros: Darci Frigo **(Plataforma Dhesca Brasil);** Fabiana Galera Severo (**DPU**); Silvio Albuquerque (Secretário Adjunto da **SDH**); Juiz Márcio Schiefler Fontes (**CNJ**); Deputado Paulão (**PT/AL**); Everaldo Bezerra Patriota (**Conselho OAB**); Gilberto Vieira dos Santos (**CIMI**); Ismael José César (**CUT**); Iara Gomes de Moura (**INTERVOZES**); Carlos Magno (**ABGLT**); Sandra Carvalho (**Justiça Global**); Leonardo Pinho (**UNISOL Brasil**); Paulo Roberto Maldos (**CFP**); Leonildo (**MNPR**); Nívia Silva (**CNPG**); Deborah Duprat (**PFDC**); Francisco Nóbrega (**DPU**), Diana Mann (**Polícia Federal**) Pétala (CONECTAS). Participaram também Renata Studart (**Secretária Executiva – CNDH**), Irina (**Ouvidoria de Direitos Humanos**). O presidente Darci Frigo inicia a reunião fazendo discussão dos pontos de pauta. Ismael sugere que ainda pela manhã seja discutida a denúncia feita pela CUT. Pedro pede para que seja incluído em algum momento o informe sobre a RPU. Frigo faz informe de que foi recebida resposta do comando-geral da PM do DF acerca do ofício sobre violência nas manifestações, enviado na reunião passada. Leonildo iniciou com o informe sobre a reunião da comissão de população de rua. A comissão pautou a situação em São Paulo sobre a "Cracolândia", foi feita uma nota com recomendação e há a proposta de fazer uma missão ao local para averiguar a situação, acompanhar e fazer audiências com as autoridades. Leonildo relembra as promessas feitas na ocasião da missão emergencial na segunda-feira no período da manhã do CNDH no ano anterior que não foram observadas na prática. Flávia faz relato das ações da SDH na pauta, informa que se reuniram com o ouvidor de polícia de São Paulo. Segundo o ouvidor foram enviados 900 policiais para dispersar as pessoas do local, sem qualquer ação articulada. Também falou com o secretário de direitos humanos municipal que informou que havia também 900 pessoas na Cracolândia, em sua maioria homens adultos, a secretaria criou um espaço para recebimento das denúncias, a DPE está no local. Segundo o ouvidor não houve denúncias sobre a ação. Informa que a SDH estará na Cracolândia na sexta-feira à tarde para reunião conjunta com entidades interessadas, a secretária estende o convite ao CNDH para participar da missão. Fabiana faz informe também, a DPE esteve reunida no local e se colocou à disposição para acompanhar já que mora em São Paulo. Nívia considera que soltar uma nota do CNDH hoje seria importante, bem como a missão, informa que a prefeitura estava tentando ação judicial para internar 400 pessoas. Leo fez leitura da nota proposta, foram feitas alterações de redação para melhor adequar ao contexto, e foi aprovada. Sobre a missão ficou acordada a participação da Fabiana, Leonardo, Marquinhos, Leonildo. Fabiana ficou de articular participação da DPU e DPE, Paulo da CRP e Ismael de representante da CUT nacional. As/os conselheiras/os que estiverem em São Paulo na sexta-feira poderão participar da missão da SDH. Leonildo coloca que a comissão teria outros encaminhamentos, mas seriam colocados em outro momento. Ismael faz contextualização da denúncia da CUT, informando que a polícia do Rio de Janeiro agiu de forma muito violenta com os/as manifestantes na região da Candelária. Iara ficou responsável de fazer os ofícios, foram feitos em conjunto com o Artigo19, endereçados ao Governador e ao Ministério Público. Foi feita a leitura dos ofícios. Deborah reitera a sugestão de que fossem enviados ofícios ao CNMP e aos PGJ para solicitar informações sobre o controle externo de atuação da polícia. Diana contesta sobre a não concordância com a presença de policiamento ostensivo, segundo ela o policiamento deve existir, no entanto, é ação violenta que deve ser repudiada. Os ofícios foram

aprovados com posterior melhoria na redação. Na parte da tarde, antes dos informes das comissões Frigo sugere que a pauta de cada comissão que será trazida para o plenário venha mais enxuta para tomar menos tempo, que sejam estabelecidas prioridades. Patriota faz informe sobre a comissão de pessoas em situação de privação de liberdade, iniciando com a reunião para a qual o CNDH foi convocado, por parte dos peticionários, sobre o monitoramento das medidas cautelares no Ceará. Ele informa que a reunião foi feita com a Superintendência, ou seja, sem a presença de autoridades com poder deliberativo, na sua avaliação o CNDH não deveria participar desse tipo de monitoramento. Renata informa sobre o convite enviado ao Conselho para participar, segundo ela nada é registrado, não há ata das reuniões. Sandra coloca que essa é uma situação já vivida pelo antigo CDDPH no caso do Urso Branco, sugere que o CEDECA-Ceará solicite à Comissão Interamericana uma comissão de implementação das medidas cautelares. Deborah acredita que é papel do Conselho monitorar as medidas, mas que este deve agir como protagonista ou ao menos saber que quem está coordenando o faz convocando atores importantes na área. Sandra coloca que é importante participar, mas primeiramente compreender o papel do CNDH, para que possa fomentar esses espaços com tarefas concretas para cada instituição envolvida. Deborah coloca que as instituições devem ser fortalecidas para que o monitoramento seja efetivo e não meramente simbólico. Deborah sugere que seja formado um grupo para pensar quais as capacidades e condições do CNDH de assumir esse papel de monitorar ou de coordenar. Sandra sugere que seja construído um plano de monitoramento das medidas, incluindo as instituições com as devidas competências para que o formato tenha uma efetividade maior. Acredita que o CNDH não teria condições de coordenar, uma vez que demanda muita responsabilidade, tempo, pessoal, recursos. Sandra indica que seja sugerido a eles que peçam a renovação das medidas cautelares, que seja formado um grupo com os órgãos responsáveis por solucionar a questão. Deborah coloca que para ser organizado deve vir primeiro as deliberações da comissão, indicando quem deve ser chamado para as reuniões, depois pensar com eles e com a Defensoria alguma estratégia, inclusive talvez chama-los aqui para fazer uma reunião. Sandra sugere que essa reunião seja feita dia 08 ou 09 de junho, a ser realizada com PFDC e peticionários. Patriota continua o relato da comissão, tratando de Alcaçuz, sugerindo o pedido de uma perícia independente que está previsto nas competências do CNDH que ainda deverá ter documento judicial atestando a independência da perícia e de seu uso. Ivana ficou encarregada de encaminhar isso, dando o formato do ponto de vista jurídico para indicar a quem será dirigido o pedido. Além disso, fazer uma coletiva de imprensa para denunciar o que está acontecendo no local, será realizada na próxima reunião ordinária de junho. Averiguar a informação levada por Sandra de mais de noventa pessoas desaparecidas. Sobre o seminário vão buscar parcerias no CNMP, APT, DPU, Fundação Pedro Jorge. Quanto à privatização das cadeias, a comissão vai estudar o PL que foi arquivado para trazer na próxima reunião. Sobre o uso de armas menos letais em locais de provação de liberdade foi coloca uma minuta que será submetida na reunião de junho. Sobre a demanda do CDH-DF informando que uma juíza estava impedindo os membros de cumprir suas competências de monitoras prisões, mas aparentemente a juíza o fez porque uma conselheira poderia estar usando o cargo para fins pessoais, Ivana fez recomendação à juíza que ainda não deu resposta. Neste momento foram colocadas questões extra pauta de urgência, ao tomar conhecimento sobre o massacre de nove trabalhadores rurais e uma trabalhadora rural em Redenção, no Pará, e o que estava acontecendo na manifestação do dia 24/05 em Brasília, quando o presidente Michel Temer assinou decreto autorizando o uso do exército na contenção da manifestação, resguardando a GLO. Tendo em vista os compromissos assumidos no dia anterior, no Ato-Público realizado com várias organizações da sociedade civil, Frigo questiona ao Conselho qual seria a ação a ser tomada pelo CNDH frente a essas violações, em especial a ocorrida em Redenção, tendo em vista o caráter do Ato de repúdio à violência no campo. A reunião foi suspensa

para que as/os conselheiras/os pudessem confirmar informações sobre ambos os casos e articular propostas de ação para o CNDH. Foram colocadas várias possibilidades de ação, no entanto, a mais imediata seria uma missão de emergência realizada pelo Conselho ao local. Foi articulada tentativa de conseguir aeronave para levar a missão com o MJ, MPF e por meio do deputado Paulão para conseguir aeronave da FAB. Sandra coloca que seria necessário ouvir testemunhas não só da polícia, mas também dos trabalhadores. Deborah dá informações do caso, informando que o juiz local teria determinado que policiais de Redenção fizessem a reintegração de posse, em descumprimento do previsto de que as reintegrações deveriam ser feitas pela polícia de Belém. Sobre a manifestação e o decreto de Temer, o Conselho elaborou uma nota de repúdio ao decreto, que foi aprovada com abstenção da SDH. Após este momento a pauta da reunião foi retomada, com a apresentação da versão final do Relatório do CNDH sobre o rompimento de rejeitos da Samarco e seus efeitos sobre o Vale do Rio Doce. Este relatório tinha sido aprovado ao final da primeira gestão do Conselho, no entanto, ele precisava ter sua redação revisada. Além disso, ele continha uma prerrogativa de sanção à Samarco que, caso aprovada, sairia do relatório e se tornaria uma resolução à parte. Ficou questionado se seria produtivo o Conselho dar sanção a uma empresa com meios de revidar e o Conselho sem ter condições de enfrentar. Deborah coloca que o Conselho deveria se consolidar mais para fazer uso da prerrogativa de sanção. Foi aprovada a nova redação do relatório, conforme aprovada em dezembro, e foi retirada a recomendação instauração de procedimento investigatório contra a Samarco e isto será apreciado na próxima reunião do Conselho. Pedro faz informe sobre a RPU em Genebra, na ocasião o Brasil recebeu 246 recomendações dos Estados participantes, houve 7 especificamente sobre o CNDH. As recomendações já foram enviadas para o MDH e para demais Ministérios envolvidos e serão enviadas posteriormente, na totalidade, para o CNDH, elas serão debatidas até agosto, que é prazo para resposta e informe de quais delas o Brasil acatará. Paulo considera que seria interessante o Conselho olhar também para as recomendações das outras áreas que, de uma forma ou de outra, complementam a atuação do CNDH. Deborah faz informe sobre o Ato-Público realizado no dia anterior, colocando os encaminhamentos, primeiramente levar em conta a EC dos gastos e verificar o quanto está sendo gasto este ano com reforma agrária e etc., uma vez que esta é a mesma quantia prevista para os anos seguintes, pedir a cada órgão a execução orçamentária relativa a essas políticas; solicitar à PF (Diretor-Geral) todas as empresas que atuam como segurança privada na região da Amazônia Legal; insistir junto ao governo na criação de Ouvidoria Agrária Nacional independente; representação à PGR uma ação para investigar se há improbidade administrativa contra o Ministro Osmar Serraglio, considerando as declarações do presidente da FUNAI na ocasião de sua demissão; solicitar ao PGR preferência no inquérito que investiga o deputado Nilson Leitão. Sobre este último, Frigo sugere que seja solicitada audiência para pedir a preferência. Sobre o informe realizado por Irina a respeito das mudanças propostas pela Ministra para estruturar o Ministério, nas quais uma das consequências é a diminuição do efetivo da Ouvidoria. Além das seguintes informações dadas por Silvio do processo de transição e da necessidade de urgência na aprovação da MP que criou o MDH, Fabiana e Patriota sugeriram que posteriormente o Conselho buscasse conhecer as mudanças propostas pela Ministra, além de reiterar o pedido para que ela participe de, ao menos, uma reunião para conhecer e ouvir as demandas. No segundo dia, por ocasião da missão emergencial realizada, para a qual foram o conselheiro Darci Frigo e a conselheira Deborah Duprat, a reunião foi presidida pela Vice-Presidenta Fabiana Severo. Após os informes sobre os desdobramentos do dia anterior, Flávia faz informe sobre sua conversa com o Secretário de Justiça do Pará, segundo ele teriam sido encontradas armas no local, havia 15 mandados de prisão a serem cumpridos. Patriota questiona os problemas burocráticos para o Conselho conseguir fazer uma missão de emergência, que, a depender do MDH, não teria sido realizada. Eneida coloca que o Conselho deveria estar mais

presente nas reuniões para fazer o acompanhamento efetivo desse tipo de caso. Diana relembra a resolução do conselho que permite solicitação do apoio da Polícia Federal, o Conselho poderia abrir uma interlocução com o Diretor-Geral para estabelecer meios de ação nesses casos, incluindo a possibilidade de uso do avião da PF. Nívia faz informe sobre reunião do CNDH com o CNMP para levar a demanda da violência no campo, no intuito de construir uma rede de promotores de justiça interessados nesses conflitos agrários que possam ser acionados nesses momentos críticos. Duas propostas saídas da reunião, a criação de um grupo de trabalho específico no CNMP e uma reunião com alguns membros do MP já engajados nesta temática, previamente marcada para o dia 05/06. O seguinte ponto de pauta foi a inserção do Conselho no contexto internacional, Fabiana faz informe sobre a reunião com a ONU realizada anteriormente e a negativa da inclusão dele como colaborar de imediato, visto que para a ONU na prática o CNDH não tem autonomia. Pétala, Conectas, que atuou na interlocução com a ONU na busca pela atuação internacional do Conselho, faz informe sobre a pauta e a proposta de criação de um grupo de trabalho para pensar o tema. Fabiana, MRE, coloca que acredita que é muito possível fazer essa inserção pensando uma cooperação entre MRE e CNDH, mas que o texto como está precisaria de algumas alterações redacionais. Pétala faz a leitura de proposta do documento que cria o GT. Fabiana faz alterações na redação colocando de forma que a atuação do Conselho seja no sentido de cooperação com o MRE, e menos o protagonismo do Conselho nessa área, tendo em vista o previsto na legislação do CNDH e as prerrogativas atribuídas ao MRE na área de atuação internacional. Patriota coloca que é importante que o CNDH tenha autonomia para fazer relatórios que, por vezes, sejam contrários à posição do MRE, mas que ainda assim chegue às instâncias internacionais. Acredita que deve criar uma Comissão Permanente e não somente um Grupo de Trabalho, que tem caráter temporário, além de dever trazer todas as discussões da Comissão para o pleno. Pétala acredita que o termo cooperação é restritivo, limitando a atuação do CNDH à cooperação com o MRE, que encaminharia as atividades fins. Renata faz a memória da reunião do CNDH com a ONU sobreo status consultivo e trouxe alguns pontos da legislação que também deveriam ser considerados no debate. Flávia concorda que deve ser uma Comissão Permanente, que a competência do grupo deve ser deslocada para o plenário, a secretária compartilha, também, sua experiência de CDDPH na qual ela pode perceber como aquele Conselho pode transcender as limitações da esfera jurídica, também participou do processo de transição e que, por este motivo, acredita que este é um momento de construção da identidade do CNDH. Acredita que o que seria melhor era a construção de instituição independente, resguardando o caráter paritário. Sugere que o mandato da comissão permanente seja no sentido de monitorar a implementação das obrigações decorrentes dos tratados internacionais, adotando as medidas necessárias. Fabiana concorda com a criação da Comissão para posterior submissão dos trabalhos ao plenário, sobre a cooperação acredita que o CNDH, enquanto órgão de Estado, não coopera com o MRE, mas sim com o Estado brasileiro. Sandra expressa preocupação com a importância de reforçar as instituições de caráter paritário, especialmente nesses momentos de vulnerabilidade democrática. Ismael defende que, embora os trabalhos da comissão devam ser submetidos ao pleno, ela deve ser uma comissão de atuação e não meramente de cooperação que traria um caráter de subordinação do CNDH ao MRE. Ao final, a comissão seria composta pelas mesmas entidades que compõe a mesa diretora, ABGLT e MRE. A redação retirou o caráter de cooperação, ressaltou não a atuação, mas a função de monitoramento, acompanhamento do Conselho, no entanto, da maneira como estava não houve concordância com o posicionamento do MRE. O ponto de discordância foi o artigo terceiro que trata da transparência e debate democrático em foros multilaterais promovidos pelo CNDH. A reunião estava com o mínimo do quórum para deliberação, não alcançou a maioria absoluta dos integrantes do CNDH para a aprovação da resolução de criação da comissão. O MRE votou contrário à recomendação e os que foram a favor: MJ, UBM, OAB, CUT, Justiça Global,

CFP, DPU, Intervozes, ABGLT, SDH e CNPG. A resolução será levada para continuação do debate e construção de uma proposta melhor. Na parte da tarde, iniciou-se com a aprovação das atas das reuniões passadas 25ª reunião e 26ª reunião, após ajustes redacionais as atas foram aprovadas. Nívia questiona a possibilidade da divulgação e encaminhamento do relatório da barragem da Samarco; neste caso será encaminhado para cada destinatário um ofício com cópia e a(s) devida(s) recomendações. Além disso, vai ser pensada uma divulgação mais ampla com o MAB. A pedido da conselheira Eneida, a Secretaria Executiva irá encaminhar quem, dentro da comissão de segurança pública, está responsável por acompanhar cada caso de chacina, especialmente a do Pará. Posteriormente foi feito o *referendum* da Nota Pública em repúdio à ação policial que resultou na morte do manifestante Edvaldo Alves, em Itambé. Nívia faz proposta de encaminhar pro PGJ-PE para solicitar informações de providências para acompanhar de inquérito policial que foi instaurado para investigar a morte. Fazer ofício encaminhando a nota e pedindo informações. Quanto à proposta de ofício aos MP estaduais e distrital e CNMP sobre o controle externo da atividade policial, que já foram aprovados, era necessário apenas adequar a redação. Foi feita a leitura da minuta de ofício, ela será submetida para aprovação na próxima reunião, uma vez que é importante que ela seja enviada pelo Conselho e com um quórum maior de participantes na reunião. Para a próxima reunião ficaram também os seguintes pontos: deliberação sobre as denúncias recebidas formalmente no CNDH, a nota sobre a CPI FUNAI/INCRA, os outros encaminhamentos da Comissão Pop Rua, a resolução de criação da Comissão do Monitoramento Internacional, discussão sobre a violação de imigrantes venezuelanos em Roraima, definição das diretrizes do Encontro Nacional de Direitos Humanos, a recomendação do CNDH sobre as propostas legislativas de privatização do sistema prisional brasileiro Discussão e Aprovação, apresentação do Balanço do Disque 100 – *Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos*, o ofício para representação na ONU de liberdade de expressão e a complementação sobre a "Cracolândia" que a Flávia gostaria de ter feito e não o fez. Foram feitos informes finais, Renata o primeiro sobre a pesquisa com o IPEA sobre a efetividade das ações do CNDH, apresentou os objetivos gerais, metodologia e impactos da pesquisa. Foram pegos os oito documentos entre relatórios e algumas outras recomendações, sendo que alguns temas foram incorporados em uma linha só, não seria possível aumentar muito para além disso, tendo em vista recursos temporais e monetários. Os impactos mapear o processo de trabalho do CNDH, sua interação com outros atores e avaliar a percepção dos atores das atividades realizadas. As estratégias pensadas foram a partir de análise documental de relatórios e recomendações e realização de pesquisa etnográfica para realização de entrevistas com a população local, tendo em vista os relatos da sociedade civil de que o CNDH tem algum impacto de fortalecimento das lutas, mas isso não está registrado em documentos formais. A pesquisa durará em torno de 15 meses, será composta por mais 4 graduandas (os), além dos dois pesquisadores, e custará em torno de setenta mil reais ao ano, tendo em vista as viagens que deverão ser realizadas. O informe seguinte foi sobre a reunião com a Secretaria de Governo para dar continuidade as ações de monitoramento do PPA 2016-2019 (Fórum Interconselhos), realizado por Cristiane (SE-CNDH), o objetivo da reunião era apresentar conjuntamente a proposta de retomada do Fórum, para monitoramento do PPA, deverão ser indicados quatro conselheiros da sociedade civil, já foi encaminhado o passa-a-passo. A problemática é que o CNDH não tem uma política específica para monitorar, no caso da sua participação o Conselho acompanharia muitos PPA's, por exemplo, de agricultura familiar, geração de renda, saúde indígena, etc. o que significaria um aumento de cargo para o CNDH. Eles virão apresentar a proposta em uma reunião do Conselho, que deverá ser incluída na pauta da próxima reunião. O Francisco Nóbrega irá ao Peru em um evento da ONU sobre povos indígenas em isolamento, decorrente de um convite recebido pela Mesa Diretora (08 e 09/06). Ao final da reunião ficaram prejudicados os seguintes pontos: Encontro Nacional de

Cooperativismo Solidário e relato da Audiência Pública da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, da Câmara dos Deputados, pata debater os temas do Projeto de Lei nº 6.478, de 2013. A vice-presidenta Fabiana Severo agradeceu e encerrou os trabalhos desta reunião